

Índice

2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	1
2.2 Resultados operacional e financeiro	4
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	5
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	9
2.5 Medições não contábeis	10
2.6 Eventos subsequentes as DFs	11
2.7 Destinação de resultados	12
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	13
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	14
2.10 Planos de negócios	15
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	17
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	18
5.2 Descrição dos controles internos	19
5.3 Programa de integridade	22
5.4 Alterações significativas	24
5.5 Outras informações relevantes	25

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2. Comentários dos Diretores

2.1. Os diretores devem comentar sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

As atividades operacionais da Companhia estão paralisadas. Todavia, a Diretoria entende que a Companhia, levando em consideração as atividades operacionais das suas controladas, apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar seus negócios e cumprir suas obrigações a curto e médio prazo.

b. estrutura de capital

A Diretoria da Companhia entende que a atual estrutura de capital apresenta níveis conservadores de alavancagem. Não há hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Diretoria entende que a Companhia tem recursos de capital suficientes para cobrir investimentos, despesas e outros valores a serem pagos nos próximos anos.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A principal fonte de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não circulantes da Companhia é a sua própria geração de fluxo de caixa operacional.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A Diretoria entende que a geração de caixa operacional da Companhia, por meio de suas controladas, é suficiente para cumprir as obrigações de capital de giro e passivo circulante. Havendo necessidade a Companhia pode acessar o mercado financeiro brasileiro para atender suas eventuais necessidades de liquidez.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Financiamento BNDES

O saldo encontra-se sub-judice. A Companhia através de Laudo Pericial, está atualizando seu valor por entender ser mais conservador, não colocando em risco os futuros interesses de seus acionistas.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não há outras relações de longo prazo com instituições financeiras que sejam relevantes.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Não há grau de subordinação entre as dívidas.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Não existem restrições.

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Não aplicável aos contratos firmados pela companhia.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

h. alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

Há alteração significativa em outras despesas operacionais na demonstração do resultado com redução de R\$ 108.359 2022 para R\$18.944, cuja origem foram as despesas extraordinários como provisões de processos civis e despesas de transações ocorridas unicamente naquele exercício social.

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2. Os diretores devem comentar:

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A Companhia entende que este item não é aplicável e, portanto, não tem componentes importantes da receita para comentar.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A Companhia entende que não há fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.

b. variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Não aplicável.

c. impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Não aplicável.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3. Os diretores devem comentar:

a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Não houve mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações já descritas nos campos 2.1 e 2.2. Ademais, conforme relatório do auditor do exercício de 2023, as demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas e apresentadas, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

No relatório do auditor foi emitido sem modificação de opinião e com os parágrafos de ênfases:

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional da Siderúrgica J.L.Aliperti S.A.

As informações contábeis individuais e consolidadas da Siderúrgica J.L.Aliperti S.A. foram preparadas no pressuposto de continuidade normal de seus negócios. Apesar do resultado positivo no exercício de 2023, a Companhia ainda apresenta, nas demonstrações contábeis individuais, um passivo circulante em excesso ao ativo circulante no montante de R\$ 8.386 mil. Esse evento, bem como a dependência de aporte de recursos por parte de suas controladas, indica a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvidas quanto à capacidade de continuidade das atividades operacionais da Siderúrgica J. L. Aliperti S.A.. A administração da Companhia reconhece a situação e vem implementando medidas para reverter esse cenário. Assim, as demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes dessa incerteza.

Ênfases

Outros Créditos no Ativo Não Circulante

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

A Companhia possui bloqueios judiciais em conta corrente no montante de R\$ 1.225 mil, decorrentes de processos de execução movidos pela Fazenda Nacional em exercícios anteriores, sendo que o valor de um dos processos, atualizado até 2010, totaliza o montante de R\$ 9.441 mil. No exercício de 2019, houve a indicação, por parte da Companhia, de 2 (dois) imóveis de sua propriedade para a ampliação das garantias. A administração da Companhia, amparada pelos assessores jurídicos considera que a possibilidade de perda destes processos é remota.

A Companhia possui os seguintes créditos consignados no grupo do Ativo Não Circulante: (i) Valores a Receber junto ao Banco Santander (antigo Banco Sudameris), no montante de 6.000 mil, que se encontra em fase de homologação de laudo pericial para apuração do montante atualizado, haja visto que há sentença judicial transitado em julgado favorável; (ii) Créditos Fiscais, no montante de 9.175 mil, cuja realização dos mesmos depende de homologação dos pedidos de restituições, via judicial, pela Secretaria da Receita Federal do Brasil; (iii) Antecipação Fiscais, no montante de R\$ 1.283 mil. A administração da Companhia, amparada na opinião dos seus assessores jurídicos, considera que tais valores são líquidos, certos e conservadores, quanto às ações judiciais em curso e como também com relação à expectativa de recebimento e/ou utilização desses créditos.

Demais obrigações junto ao BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Social

O saldo de R\$ 54.367 mil, relativo à obrigação registrada na rubrica de Financiamento no Passivo Não Circulante, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Social continua “sub judice”, em razão da discordância de valores entre as partes. Os Assessores Jurídicos da Companhia informam que foi determinada nova perícia judicial e declaram que o montante contabilizado é suficiente para fazer frente à liquidação desta obrigação, e que a possibilidade de liquidar esta obrigação em montantes superiores ao registro contábil é remota, considerando ainda que a Instituição Financeira tem como garantia propriedade rurais da Companhia.

Principais assuntos de auditoria

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além dos assuntos descritos na seção “Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional da Siderúrgica J.L.Aliperti S.A.”, determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Contingências fiscais, trabalhistas e cíveis

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos de natureza fiscal, trabalhista e cível originados no curso normal de seus negócios. A determinação do valor das provisões e das demais divulgações requeridas, bem como a avaliação da existência de obrigação presente e das probabilidades de desembolso, exigem julgamento significativo da Companhia.

Esse assunto foi considerado significativo para nossa auditoria devido a esse fato, e à complexidade e às incertezas relacionadas aos aspectos legais envolvidos em temas fiscais, cíveis e trabalhistas.

Resposta da Auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos controles internos relacionados a identificação, avaliação, mensuração e divulgação das Provisões e Passivos Contingentes. Obtivemos a lista de consultores legais internos que representam a Companhia nos processos judiciais e administrativos, e nas posições fiscais tomadas pela Companhia, e analisamos a documentação e as respostas às cartas de confirmação. Para os valores mais significativos e/ou críticos, avaliamos a documentação que suporta as opiniões legais emitidas e os aspectos legais da legislação brasileira, para entendimento do mérito e argumentação que orientou a Companhia sobre a classificação das perdas e a mensuração dos valores. Os nossos procedimentos também englobaram a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que as provisões e passivos e ativos contingentes registrados e divulgados são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Mensuração do valor justo do Ativo Biológico

A Companhia mensura o valor justo do seu ativo biológico, proveniente das lavouras de cana-de-açúcar por meio de um modelo de fluxo de caixa, que leva em consideração diversas premissas e julgamento da Administração, tais como preço de mercado futuro da cana-de-açúcar, taxa de desconto e o volume de produção.

Esse assunto foi considerado significativo para nossa auditoria devido ao fato que variações nas premissas ou nas técnicas de avaliação podem produzir estimativas de valor justo significativamente diferentes, o que pode impactar, de forma relevante, os valores desses ativos e as demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo.

Resposta da Auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) obtenção de entendimento sobre o fluxo de mensuração e contabilização do ativo biológico, considerando as informações os controles instituídos pela Administração, (ii) avaliação de razoabilidade das significativas adotadas pela Administração na mensuração do valor justo dos ativos biológicos.

Adicionalmente, avaliamos os critérios utilizados pela Companhia para a constituição dos tributos diferidos. Os nossos procedimentos também englobaram a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis descritas na nota explicativa nº 10.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que os critérios e as premissas adotadas pela administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não aplicável.

c. eventos ou operações não usuais

Não aplicável.

2.5 Medições não contábeis

2.5. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a. informar o valor das medições não contábeis

Não aplicável.

b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

Não aplicável.

c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

Não aplicável.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Não há itens relevantes após o encerramento do balanço.

2.7 Destinação de resultados

2.7. Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

a. regras sobre retenção de lucros

Do lucro líquido do exercício calcula-se 5% (cinco por cento) para reserva legal.

b. regras sobre distribuição de dividendos

Do lucro líquido do exercício calcula-se 5% (cinco por cento) de reserva legal e do saldo, 25% (vinte e cinco por cento) para dividendos obrigatórios.

c. periodicidade das distribuições de dividendos

Anualmente.

d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Não aplicável.

e. se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, observadas as exigências legais.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Todos os itens relevantes já foram demonstrados.

ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Todos os itens relevantes já foram demonstrados.

iii. contratos de construção não terminada

Todos os itens relevantes já foram demonstrados.

iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Todos os itens relevantes já foram demonstrados.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Todos os itens relevantes já foram demonstrados.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável.

b. natureza e o propósito da operação

Não aplicável.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável.

2.10 Planos de negócios

2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Não existem investimentos, desinvestimentos, aquisição de plantas e novos produtos e serviços que venham a ser relevantes.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Não existem investimentos, desinvestimentos, aquisição de plantas e novos produtos e serviços que venham a ser relevantes.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não existem investimentos, desinvestimentos, aquisição de plantas e novos produtos e serviços que venham a ser relevantes.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não existem investimentos, desinvestimentos, aquisição de plantas e novos produtos e serviços que venham a ser relevantes.

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

2.10 Planos de negócios

Não existem investimentos, desinvestimentos, aquisição de plantas e novos produtos e serviços que venham a ser relevantes.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não existem investimentos, desinvestimentos, aquisição de plantas e novos produtos e serviços que venham a ser relevantes.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Não existem investimentos, desinvestimentos, aquisição de plantas e novos produtos e serviços que venham a ser relevantes.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não existem investimentos, desinvestimentos, aquisição de plantas e novos produtos e serviços que venham a ser relevantes.

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

Não existem investimentos, desinvestimentos, aquisição de plantas e novos produtos e serviços que venham a ser relevantes.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não houve outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5. Política de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos

5.1. Em relação aos riscos indicados nos itens 4.1 e 4.3, informar:

- a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política:
- b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:
 - i. os riscos para os quais se busca proteção
 - ii. os instrumentos utilizados para proteção
 - iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos⁷²
- c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A empresa não possui uma política de gerenciamento de riscos e controles internos formalizada através de órgãos de administração ou comitês.

A companhia não adota uma política de gerenciamento de risco pois devido à paralização das atividades industriais e a simplificação das operações entende que não é preponderante tal medida.

5.2 Descrição dos controles internos

5.2. Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

As principais práticas de controles internos envolvem as seguintes atribuições:

- a) Responsabilidade: definição clara e objetiva das atribuições de cada empregado, com vistas a assegurar que todos os procedimentos da empresa serão cumpridos, evitando e detectando possíveis erros, bem como identificando as responsabilidades por eventuais omissões na realização das atividades.
- b) Rotinas internas: definição das rotinas de controles internos. As rotinas compreendem: formulários internos e externos, evidências das execuções dos procedimentos de controle e dos procedimentos internos.
- c) Segregação de funções: consiste em estabelecer que um empregado não deva atuar em todas as etapas de um processo, de modo a se reduzir o risco de erros, fraudes e conflito de interesses.
- d) Confronto dos ativos com os registros: definição de procedimentos em que as operações sob a responsabilidade de um empregado sejam sempre confrontadas com os registros da contabilidade.
- e) Auditoria interna: setor responsável pela verificação dos controles internos.
- f) Auditoria externa.
- g) Consultorias externas.

O nível de controle tem-se demonstrado adequado, não tendo sido verificadas falhas significativas de operação.

Quando detectada alguma falha nos procedimentos são adotadas medidas de correção, de acordo com a falha ocorrida, e revistas as práticas de controle.

b. as estruturas organizacionais envolvidas

5.2 Descrição dos controles internos

O setor financeiro executa diariamente conciliações das contas bancárias e dos pagamento e recebimentos efetuados, elaborando relatórios diários submetidos ao comitê de administração.

Os pagamento são efetuados observando-se as diretrizes do conselho de administração quanto aos valores de alçada definidos.

O setor fiscal faz a validação das notas fiscais emitidas por fornecedores e também das notas emitidas pela empresa, conferindo os impostos.

O setor contábil efetua a contabilização e conciliação mensal das contas verificando sua consistência e emitindo relatórios que são submetidos à diretoria e ao conselho de administração em reuniões mensais de avaliação.

Os relatórios são elaborados por empresa de consultoria que verifica desvios em relação ao orçamento.

Trimestralmente os resultados são auditados por empresa de auditoria independente, além do comitê interno de auditoria.

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A administração do emissor supervisiona a eficiência dos controles internos através do acompanhamento efetuado pelo comitê de auditoria interno e através da auditoria externa.

Mensalmente empresa de consultoria apresenta os resultados de forma detalhada para a diretoria da empresa e para o conselho de administração oportunidade na qual são analisados detalhadamente os números apresentados.

Quando são observados desvios os procedimentos são revistos.

Todos os gastos, acima de determinado valor, devem ser previamente submetidos ao conselho de administração para aprovação.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

5.2 Descrição dos controles internos

Os auditores independentes efetuaram um estudo do sistema contábil e dos controles internos da Companhia, em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião específica sobre esses controles internos.

Como resultado desse estudo e avaliação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram comunicadas à administração da Companhia sugestões de aprimoramento dos controles internos que, na avaliação da administração da Companhia e dos auditores, não se configuram como deficiências significativas ou materiais. Na carta de recomendações sobre os controles internos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não apresentam deficiências ou recomendações significativas que possam impactar as demonstrações financeiras.

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

De acordo com a avaliação da administração, as deficiências reportadas pelos auditores não apresentam probabilidade ou magnitude com relação as distorções que possam surgir nas demonstrações financeiras e estão sendo adotadas medidas para implementar tais recomendações.

5.3 Programa de integridade

5.3. Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e existentes

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados
- as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas
- órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

i. se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

ii. se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

iii. se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé

iv. órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

c. número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

5.3 Programa de integridade

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Além das determinações fixadas pelo conselho de administração para os procedimentos a serem observados, a Companhia e suas controladas não possuem Programa de Integridade.

Não foram detectados atos ilícitos, desvios ou fraudes contra a administração pública.

5.4 Alterações significativas

5.4. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

Todas as informações de relevância foram demonstradas nos tópicos acima.

5.5 Outras informações relevantes

5.5. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações julgadas relevantes já foram apresentadas.